



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

1º DIA

Local	Data e Hora da Abertura
Sala de Reuniões Plenárias – Ministério dos Direitos Humanos Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10ª Andar.	01 de Março de 2018 – 09h30 (Manhã)

QUORUM

Representação	Presentes	Função	Condição	Categoria	Nº
CFP	Paulo Roberto Martins Maldos	Vice-Presidente(a)	Titular	OSC	01
MEC	Cinara Maria Fonseca de Lima	Membro (a)	Titular	GOV	02
MD	Edmundo Theobaldo Müller Neto	Membro (a)	Suplente	GOV	03
SNC/MDH	Karolina Castro	Membro (a)	Suplente	GOV	04
CUT	Exedito Solaney Pereira Magalhães	Membro (a)	Titular	OSC	05
IBCCRIM	Natália Macedo Sanzovo	Membro (a)	Suplente	OSC	06
ISER	Shana Marques Prado dos Santos	Membro (a)	Titular	OSC	07
ANCED	Acássio Pereira de Souza	Membro (a)	Titular	OSC	08
SPM/PR	Ana Carolina Vieira Ribeiro	Membro (a)	Titular	GOV	09
MDS	Francisco Coullanges Xavier	Membro (a)	Suplente	GOV	10
JUSTIÇA GLOBAL	Isabel Costa Lima	Membro (a)	Titular	OSC	11
SEGOV/PR	Cesar Augusto Baldi	Membro (a)	Titular	GOV	12
CC/PR	Mariana Siqueira de Carvalho	Membro (a)	Suplente	GOV	13
CONNECTAS	Rafael Calrsson Gaudio Custódio	Membro (a)	Titular	OSC	14
SNPIR/MDH	Maria José Batista dos Santos	Membro (a)	Suplente	GOV	15
OAB	José Maurício Vasconcelos Coqueiro	Membro (a)	Titular	OSC	16
RENILA	Francisca Márcia Araújo Lustosa Cabral	Membro (a)	Titular	OSC	17
ASBRAD	Vera Vieira	Membro (a)	Suplente	OSC	18
SMDH	Tiago Martins Ferreira	Membro (a)	Suplente	OSC	19
MS	Andrey Roosevelt Chagas Lemos	Membro (a)	Titular	OSC	20
CFP	Maria Marcia Badaró Bandeira	Membro (a)	Suplente	OSC	-
ANADEP	Carlos Weis	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
DPU	Eduardo Nunes de Queiroz	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
MNPCT	Jose de Ribamar Araújo	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Representação	Justificativa de Ausência	Posição do Colegiado	Nº
GTNM/BA	Agravamento do estado de saúde de parentes e comprometimento com o apoio familiar.		
MJ			
MRE			



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

LEITURA E APROVAÇÃO DA PAUTA

M	Tema/Assunto	Hora e Tempo	Leitura e Aprovação
001	ABERTURA <ul style="list-style-type: none">Fala de Abertura (Presidência)Leitura e Aprovação da Pauta da 18ªRPOLeitura e Aprovação da Ata da 17ªRPO/CNPCT e 10ªRPE/CNPCTInformes Institucionais	09h (1h)	Aprovada!
002	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Indicação e Apresentação dos ocupantes das funções de Vice-Presidência Rotativa (Governo) e Mesa Diretora (GOV e OSC) - Gestão 2018.	10h15 (1h)	Aprovada!
003	PAUTA TEMÁTICA <ul style="list-style-type: none">Apresentação e Discussão da Consultoria de Avaliação de Políticas Públicas e Sistematização de Recomendações sobre Prevenção e Combate à Tortura.	11h15 (1h)	Aprovada!
004	PAUTA TEMÁTICA <ul style="list-style-type: none">Discussão da Recente Intervenção Federal do Estado do Rio de Janeiro.	14h (1h)	Inclusão com redução do tempo nos momentos seguintes.
005	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Discussão do Balanço dos Trabalhos do CNPCT em 2017 e Apontamentos p/ Elaboração do Relatório Anual de Atividades.	15h00 (1h30)	Aprovada!
006	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Elaboração do Planejamento Estratégico CNPCT - 2018.	16h15 (1h30)	Aprovada!
007	VISITAS E INSPEÇÕES <ul style="list-style-type: none">As inspeções nacionais realizadas nas Comunidades Terapêuticas numa parceria entre o MNPCT, CFP e PFDC, e suas implicações diante do desmonte da política nacional de saúde mental.	09h00 (1h)	Aprovada!
008	VISITAS E INSPEÇÕES <ul style="list-style-type: none">Apresentação e Discussão dos Relatório de Visita do MNPCT ao Tocantins (Set/2017).	10h15 (1h)	Aprovada!
009	VISITAS E INSPEÇÕES <ul style="list-style-type: none">A informação em detalhes sobre a pauta das missões conjuntas nos Estados de Rio Grande do Norte, Amazonas e Roraima alusiva aos massacres, com o Planejamento do curto e médio prazo das ações.	11h30 (1h)	Aprovada!
010	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Planejamento semestral do MNPCT e transição da Coordenação Executiva.	14h00	Aprovada!
011	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Análise e Discussão do Fluxo das Denúncias previsto na Resolução CNPCT nº 04/2016.	15h00	Aprovada!
012	PLENÁRIA DE ENCAMINHAMENTOS <ul style="list-style-type: none">Deliberações e Encaminhamentos Finais	16h15 (2h)	Aprovada!



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

	<ul style="list-style-type: none">Leitura e Validação dos Encaminhamentos da Ata da 18ªRPO		
--	--	--	--

DISCUSSÃO DA PAUTA:

Momento (Nº)	001	Tipo de Pauta	ABERTURA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">ABERTURAFala de Abertura (Vice Presidência)Leitura e Aprovação da Pauta da 18ªRPOLeitura e Aprovação da Ata da 17ªRPO/CNPCT e 10ªRPE/CNPCTInformes Institucionais		
Documentos & Subsídios	M1_Programação_de_Pauta_18ªRPO_CNPCT_Mar2018 M1_MINUTA_ATA_17ªRPO_CNPCT_NOV2018 M1_MINUTA_ATA_10ªRPE_CNPCT_DEZ2017		
Discussão	<p>Paulo Maldos (Vice Presidência CFP) - Fala de Abertura.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH) – Realiza leitura da Programação de Pauta da 17ªRPO e a contextualização das discussões da Mesa Diretora.</p> <p>Expedito Solaney (CUT) - Propõe a inclusão na pauta da 19ªRPO de momento para discutir a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, no início da tarde do 1º dia, a partir da sugestão da representante da Justiça Global no Grupo de E-mails do CNPCT. Ressalta o conhecimento do procedimento estabelecido na Resolução CNPCT nº 04 de 2016 para definição das pautas das RPOs, contudo, argumenta a superveniência dos fatos envolvendo a intervenção no RJ que ocorreram após a Reunião da Mesa Diretora.</p> <p>Shana Santos (ISER) - Como proposta complementar, sugere que o "Balanço de 2017" (M5) e do "Planejamento 2018" (M6) sejam remarcados para uma futura Reunião Extraordinária do CNPCT e os assuntos inicialmente previstos para ocorrerem nos momentos M2 e M3 sejam remanejados para o fim da tarde do 1º dia, permitindo o início imediato da discussão da "intervenção federal no Rio de Janeiro" no período da manhã, estendendo-se até o meio da tarde.</p> <p>Ana Carolina (SPM/PR) - Destaca que, como há previsão a previsão inicial era o momento de transição da Vice Presidência e Mesa Diretora do CNPCT para o ano-base de 2018, propõe a manutenção do momento M2 para que os representantes anteriores sejam liberados de suas atribuições e as discussões seguintes sejam conduzidas e legitimadas pela nova Vice Presidência com o apoio da nova Mesa Diretora do CNPCT.</p> <p>Rafael Custódio (CONNECTAS) - Apoia a proposta dos representantes da CUT e do ISER para uma discussão imediata e profunda da intervenção federal no RJ, não vendo prejuízo no remanejamento da transição da Vice Presidência e Mesa Diretora do CNPCT para o período da tarde, tendo vista que a legitimidade da atribuição dos atuais membros dessas instâncias está garantida até homologação da nova composição pela Plenária do CNPCT. Além disso, considera que as experiências anteriores já demonstraram que as discussões de balanço e</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	001	Tipo de Pauta	ABERTURA
	<p>planejamento no CNPCT demandam a reserva de um tempo maior do que o que foi reservado na 19ªRPO.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Concorda com a proposta da representante da SPM/PR e destaca importância de se realizar rapidamente a transição da Vice Presidência e Mesa Diretora do CNPCT, sem prejuízo da discussão da intervenção federal no RJ e das propostas das propostas de alteração de pauta da Sociedade Civil.</p> <p>Ana Carolina (SPM/PR) - Reconhece que o tema da intervenção federal no RJ ocorreu após a Reunião da Mesa Diretora que discutiu a pauta da 19ªRPO, mas o mesmo não se aplica a discussão do "Balanço de 2017" (M5) e do "Planejamento de 2018" (M6) que foi amplamente discutido na Mesa Diretora com membros da Sociedade Civil e, em momento algum, inclusive, após divulgação da pauta foram apresentados questionamentos acerca do tempo reservado aos dois momentos.</p> <p>Paulo Maldos (Vice Presidência CFP) - Relembra que o consenso anterior firmado ao final da 17ªRPO era de que a transição da Vice Presidência e Mesa Diretora ocorresse longo no início da 18ªRPO.</p> <p>Rafael Custódio (CONNECTAS) - Como representante de um dos membros da Mesa Diretora, insiste na necessidade de realização de uma Reunião Extraordinária para elaboração do "Balanço de 2017" (M5) e do "Planejamento de 2018" (M6), considerando normal que a Plenária do CNPCT como instância superior reveja a proposta da pauta elaborada pela Mesa Diretora e, não vê prejuízo nisso.</p> <p>Expedito Solaney (CUT) - Aponta que, ainda não houve uma decisão no âmbito das entidades da Sociedade Civil em relação a indicação dos representantes para Mesa Diretora - Gestão 2018. Desta forma, as entidades pretendem fazer uma conversa no intervalo do almoço para fazer a indicação logo após a retomada dos trabalhos no período da tarde.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Destaca que, a participação da consultora Vivian Calderoni na 19ªRPO, se insere num contexto de uma programação maior de levantamento de subsídios para consultoria e a alteração do seu momento de apresentação poderia implicar em prejuízo as outras atividades (reuniões e entrevistas com outros atores) previstas e até a impossibilidade dela comparecer em outro momento da 19ªRPO. Nesse sentido, pede a Plenária que mantenha a apresentação dela no momento e horário aprovados anteriormente pela Mesa Diretora.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH) – Com relação as Atas da 17ªRPO e 10ªRPE, informa que as minutas foram encaminhadas junto com a Programação de Pauta da 18ªRPO para revisão e solicitação de ajustes das discussões por parte dos membros do CNPCT. Nesse sentido, a Secretaria Executiva (CACNPCT) recebeu apenas três solicitações de ajustes da representante titular do Justiça Global. O primeiro ajuste já foi incorporado a minuta da Ata da 17ªRPO, referente a inclusão da referência a entidade como uma das subscritoras do Nota Pública lida pela representante do IBCCRIM. Os outros dois</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	001	Tipo de Pauta	ABERTURA
	<p>ajustes não são possíveis, em virtude das atas elaboradas pela CACNPCT não serem transcrições de falas dos membros do CNPCT, mas apenas um resumo das discussões e encaminhamentos. Além disso, conforme metodologia aprovada anteriormente, a revisão e ajustes podem ocorrer apenas em relação as discussões e não aos encaminhamentos, uma vez que eles lidos e validados ao final da cada reunião para garantir transparência e estabilidade administrativa.</p> <p>Paulo Maldos (Vice Presidência CFP) - Questiona aos membros participantes se interesse em apresentar algum "Informe Institucional", não quem se manifestasse nesse momento.</p>		
Informes Institucionais	Não houve informes!		
Deliberações & Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Aprovação da Programação de Pauta da 18ªRPO com inclusão de um novo (M4) momento de pauta, pela redução do tempo (30min) das duas últimas pautas do dia, para discussão da intervenção federal no Rio de Janeiro.2) Aprovação da Ata da 17ªRPO com apenas um ajuste de redação nas discussões, solicitado pela representante da Justiça Global para constar o nome da entidade entre aquelas que assinavam a nota pública lida pelo IBCCRIM.3) Aprovação da Ata da 10ªRPE sem ajustes de redação nas discussões.		

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Indicação e Apresentação dos ocupantes das funções de Vice-Presidência Rotativa (Governo) e Mesa Diretora (GOV e OSC) - Gestão 2018.		
Documentos & Subsídios			
Discussão	<p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Informa que, os representantes do Poder Executivo Federal no CNPCT, por consenso, resolveram indicar a representante titular do Ministério da Educação, Cinara Maria Fonseca de Lima, para ocupar a Vice Presidência rotativa do CNPCT na Gestão 2018, nos termos do art. 7º, § 2ª, da Lei nº 12.847/2013.</p> <p>Cinara Lima (MEC) - Agradece a indicação dos colegas do poder público, informando que buscará atender a expectativa de todos os membros do CNPCT. Nesse sentido, apresenta e procede a leitura de 4 (quatro) documentos propositivos do seu mandato, a "Carta de Considerações", as "Propostas de Encaminhamentos", a "Proposta de Trabalho" e as "Minutas de Ofícios aos Estados" (Anexo I, II e III desta Ata) para o seu mandato como Vice Presidente do CNPCT na Gestão 2018.</p> <p>Ana Carolina (SPM/PR) - Avalia como importantes as propostas e os documentos apresentados pela nova Vice Presidência do CNPCT, considerando que se houve comprometimento de todos com a identificação de propósitos comuns, o CNPCT terá um ano de 2018 bastante produtivo. Coloca o seu órgão a disposição da Vice Presidência e do Plenária do CNPCT para colaboração da pauta de prevenção e combate à tortura, principalmente, no recorte de mulheres encarceradas. Nesse sentido, informa a realização deste de ano passado de articulações e reuniões da</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>SPM/PR com os peritos do MNPCT e outros parceiros e pessoas interessadas para estruturação de uma proposta Grupo de Trabalho ou Comissão Permanente no âmbito do CNPCT para discutir e atuar na temática de prevenção e combate à tortura contra mulheres no Sistema Prisional. Portanto, os documentos apresentados pela nova Vice Presidência servirão para orientar o Plano de Trabalho desse grupo ou comissão.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Aproveita para corrigir um erro pessoal de não ter reconhecido publicamente e agradecido devidamente ao ex-Vice Presidente do CNPCT, Paulo Maldos, pelo brilhantismo da sua condução e liderança durante a Gestão de 2017, sempre tentando dar suavidade a um tema tão áspero e tão duro como é a discussão sobre tortura em nosso país. Em relação as propostas da nova Vice Presidente do CNPCT, Cinara Lima, ela faz coro aos elogios e a leitura apresentada pela representante da SPM/PR, que se coadunam com as preocupações da Sociedade Civil em relação a elaboração do planejamento do CNPCT para 2018 e os desafios de realizar outros dois processos de seleção no 2º semestre (3º Chamamento Público da Sociedade Civil e 5ªPSP/MNPCT). Nesse sentido, visualiza para as próximas RPOs, além da proposta de resolução para criação do grupo ou comissão sobre mulheres encarceradas, outra proposta de resolução para formalização e estruturação do Grupo de Trabalho sobre as diretrizes para CEPCTs e MEPCTs. Por fim, ressalta a importância de sempre buscar convidar os peritos do MNPCT também para reuniões e atividades dos grupos e comissões do CNPCT.</p> <p>Francisco Xavier (MDS) - Destaca a importância das propostas da nova Vice Presidência, principalmente a criação de Grupos de Trabalho e Comissões Permanentes para dar conta dos diversas temáticas que surgem dentro do CNPCT. Nesse sentido, sente falta do CNPCT discutir e ter uma atuação em relação a prevenção e combate à tortura em "unidades ou serviços de acolhimento institucional" previstos no âmbito da política básica ou especializada de Assistência Social. Ressalta que, os dados oficiais apontam para um número entorno de 125 mil pessoas de diversos grupos vulneráveis em situação de acolhimento institucional, muitas delas em unidades em regime privado sujeitas a tortura e outras violações de direitos humanos, principalmente, as pessoas em situação de rua. Por fim, se coloca à disposição e como ponto focal para os outros membros do poder público e também da sociedade civil para discutir e estruturar temática no âmbito do CNPCT.</p> <p>Francisca Márcia (RENILA) - Considera extremamente importante as propostas apresentadas pela nova Vice Presidência do CNPCT, destacando a necessidade de incorpora-las ao Planejamento de 2018. Ressalta especificamente a relevância de organização de Grupos de Trabalho temáticos, com base experiência positiva de participação em instância semelhante no CEPCT/CE para discussão do tema da saúde mental, que entende ser transversal aos grupos vulneráveis mencionados pelo representante do MDS. Nesse sentido, considera como diferencial positivo dessa experiência de Grupo de Trabalho do CEPCT/CE a possibilidade de participação de outras entidades que não fazem parte do comitê, como convidados das reuniões e outras atividades. Por fim, pondera a importância do CNPCT</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>também ter um olhar para prevenção e combate à tortura nos manicômios judiciários.</p> <p>Exedito Solaney (CUT) - Assim como a representante da SNC/MDH, considera importante manifestar o seu reconhecimento público e o agradecimento ao ex-Vice Presidente do CNPCT no mandato da sociedade civil, Paulo Maldos, pela sua capacidade, equilíbrio, competência no desde o momento da reinstalação dos trabalhos do CNPCT em 2017 até a presente transição para a representante do poder público. Enquanto, sociedade civil, considera-se representado pela sua gestão e espera continuar contando com suas contribuições no CNPCT, como representante titular do CFP. Aproveita também para dar as boas-vindas a nova Vice Presidente, Cinara Lima, reconhecendo a importância das perspectivas e das propostas de trabalho apresentadas.</p> <p>José de Ribamar (MNPCT) - Também se soma a SNC/MDH e CUT Brasil para reconhecer publicamente a importância da condução do ex-Vice Presidente do CNPCT, Paulo Maldos, na Gestão 2017 e agradece pela ponte construída com MNPCT. Nesse sentido, a importância da transição de mandatos, destacando que após a construção vem a pavimentação na linha das propostas apresentadas pela nova Vice Presidente do CNPCT, Cinara Lima. Por fim, também aponta a importância de estruturação de grupos ou comissões temáticas no âmbito do CNPCT e relembra que o MNPCT também possui uma organização temática em forma de diretorias, destacando a importância do diálogo e colaboração entre essas instâncias do CNPCT e MNPCT. Por fim, faz uma sugestão de ordem prática, para que os grupos temáticos possam receber com antecedência os relatórios do MNPCT e possam se encarregar do monitoramento das recomendações e dos desdobramentos.</p> <p>Rafael Custódio (CONNECTAS) - Oferece as boas-vindas a nova Vice Presidente do CNPCT, Cinara Lima, considerando interessantes todas propostas apresentadas, principalmente, a escolha do temática da reforma legislativa da Lei de Execução Penal (LEP) como prioridade. Contudo, destaca que o contexto atual restrição de direitos e flexibilização de garantias no Congresso Nacional não é favorável a discussão adequada da temática, ainda mais num ano eleitoral. Por fim, também cumprimenta o ex-Vice Presidente do CNPCT, Paulo Maldos, pela sua Gestão em 2017 e, independente de algumas divergências, agradece pelo seu esforço.</p> <p>Maria José (SNPIR/MDH) - Avalia como importantes as propostas apresentadas pela nova Vice Presidente do CNPCT, Cinara Lima, destacando que em relação as propostas de acompanhamento do andamento do projeto de lei de reforma do LEP no Congresso Nacional e aperfeiçoamento da comunicação interna do CNPCT, sugere a interlocução da Vice Presidência ou Mesa Diretora do CNPCT com as Assessorias Parlamentar (ASPAR) e de Comunicação (ASCOM) do MDH.</p> <p>Paulo Maldos (CFP) - Agradece as palavras de reconhecimento e gratidão dirigidas a sua pessoa e a todos que o acompanharam nesse período. Como destacado anteriormente, trata-se de um tema árido, difícil e com várias limitações. Com uma carga histórica negativa presente continuamente, que resulta numa</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>situação permanentemente trágica nos presídios e nas instituições totais em todo o Brasil. Mas acredita que ao longo do ano, aqui e ali o CNPCT conseguiu marcar e realizar algumas coisas que significaram passos no sentido de humanizar e melhorar a situação permanentemente difícil que defronta o colegiado. Nesse sentido, aponta que o lugar da Vice Presidência permitiu-lhe visualizar que toda a política de prevenção e combate à tortura a partir do marco legal da Lei nº 12.847/2013, ainda está em construção com iniciativas extremamente novas, como o MNPCT. Portanto, entende que ainda há bastante espaço para críticas e o aperfeiçoamento dessas dessas iniciativas trazidas pela nova legislação nacional. Contudo, destaca a importância de capilarizar a criação e CEPCTs e MEPCTs em todos os estados do país, como forma de acumular esforços para enfrentar os desafios da temática também localmente e estabelecer relações de confiança e parceria com outros atores. Destaca que, a partir agora poderá se dedicar exclusivamente a função de membro titular do CFP, contribuindo efetivamente com as temáticas centrais para sua entidade, como por exemplo a questões de saúde mental e tortura psicológica. Por fim, também aproveita para dar as boas-vindas a nova Vice Presidente do CNPCT, Cinara Lima, considerando-a uma boa escolha por demonstrar na leitura de suas propostas uma cabeça organizada e uma visão pedagógica.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Aproveita para dizer que sabe das dificuldades da função de Vice Presidente no âmbito do CNPCT, principalmente, a partir do acompanhamento e observação das situações enfrentadas pelo seu antecessor, que considera ter administrado muito bem alguns conflitos. Não sabe se terá as mesmas habilidades e outros atributos do representante do CFP, mas buscará fazer o melhor possível e sempre se orientando pela postura adotado pelo antecessor. Por fim, também agradece ao ex-Vice Presidente do CNPCT, Paulo Maldos, pelo seu empenho e dedicação durante a Gestão 2017.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED) - Buscando ser bem breve, também aproveita o ensejo para dar boas-vindas a nova Vice Presidente do CNPCT, Cinara Lima, que considera ter uma missão complexa na atual conjuntura de luta pelos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade. Destaca três pontos que considera importantes das propostas apresentadas, que são: a abertura de um precedente positivo de atuação do CNPCT no acompanhamento de matérias legislativas relacionadas a prevenção e combate à tortura (inclusive o recorte no socioeducativo), apesar do contexto desfavorável; a importância da atuação conjunta entre os membros do CNPCT e o peritos do MNPCT; e, por último, a importância também de pensar a organização interna do CNPCT a partir de Grupos de Trabalho ou Comissões Permanentes que busquem dialogar com a organização interna do MNPCT. Por fim, também agradece ao ex-Vice Presidente do CNPCT, Paulo Maldos, pela sua Gestão em 2017 e reconhecendo apesar dos momentos de divergência os atributos da sua condução, destacados anteriormente pela representante da SNC/MDH.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Informa que, pelos órgãos do Poder Executivo Federal em relação a composição da Mesa Diretora do CNPCT - Gestão</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>2018, houve consenso pela recondução da SPM/PR e, substituição da SNPIR/MDH pela SNC/MDH.</p> <p>Rafael Custódio (CONNECTAS) - Informe que, por parte das entidades da Sociedade Civil em relação a composição da Mesa Diretora do CNPCT - Gestão 2018, houve consenso pela recondução da CUT Brasil e, substituição da CONNECTAS pelo CFP.</p> <p>César Baldi (SEGOV/PR) - Destaca que, mais uma vez os representantes do Poder Executivo Federal foram responsáveis por garantir a paridade de gênero na composição da Mesa Diretora do CNPCT.</p>		
Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Em razão do encerramento do mandato do Vice-Presidente, Paulo Maldos (CFP), indicado pela sociedade civil para o mandato 2017, os membros do Governo indicaram a titular da representação do MEC no CNPCT, Cinara de Lima, para ocupar a Vice-Presidência do CNPCT no mandato de 2018, nos termos do art. 7ª, §2º, da Lei nº 12.847/2013;2) Em razão do encerramento do mandato dos membros da Mesa Diretora do CNPCT – Gestão 2017 e a necessidade de indicação integrantes da Gestão 2018, nos termos do art. 12, do Regimento Interno do CNPCT, os membros do governo manifestaram-se pela recondução da SPM/PR e indicação da SNC/MDH para substituir a SNPIR/MDH na Mesa Diretora - Gestão 2018. Posteriormente, os membros da sociedade civil manifestaram-se pela recondução da CUT e a indicação do CFP para substituir a CONNECTAS na Mesa Diretora – Gestão 2018;3) Expedição de 27 (vinte e sete) ofícios aos governos e comitês estaduais tratando da instalação e funcionamento dos CEPCT – Portaria MDH 346/2017, com base nas três minutas apresentadas pela Vice-Presidência do CNPCT;4) Acompanhamento do PL 9054/2017 (PLS 513/2013) na Câmara dos Deputados, com base na proposta apresentada pela Vice Presidência de levantamento e sistematização de propostas dos membros CNPCT, com análise de risco por tema, deliberação pelo Plenário de um documento final e interlocução junto a parlamentares. Para dar início a esse processo de acompanhamento, quadro comparativo das alterações na lei elaborado pela Vice-Presidência será encaminhado para os e-mails de cada membro do CNPCT, para registro de suas considerações e restituição a Secretaria Executiva do CNPCT até o dia 23/03/2018.5)		

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação e Discussão da Consultoria de Avaliação de Políticas Públicas e Sistematização de Recomendações sobre Prevenção e Combate à Tortura.		
Documentos & Subsídios	M3_Produto2_analise_Vivian Calderoni M3_Anexo_Produto2_Banco_Recomendações Internacionais M3_Produto3_analise_Vivian_Calderoni M3_Anexo_Produto3_Banco_Recomendações Nacionais		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
Discussão	<p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Realiza uma rápida contextualização da origem e dos trabalhos já realizados pela "Consultoria PNUD/MDH de Avaliação de Políticas Públicas e Sistematização de Recomendações sobre Prevenção e Combate à Tortura".</p> <p>Vivian Calderoni (PNUD/MDH) - Realiza a apresentação (Anexo IV) dos Produtos 2 e 3 da Consultoria PNUD/MDH de "Avaliação de Políticas Públicas e Sistematização de Recomendações sobre Prevenção e Combate à Tortura" no âmbito do Projeto BRA/16/020, referentes a construção de um banco de dados das recomendações internacionais e outro das recomendações internacionais sobre a temática.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Agradece a apresentação, bem como as considerações e provocações finais que, considera importantes reflexão dos membros do CNPCT e dos peritos do MNPCT.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR) - Parabenizar a consultora pela apresentação e o trabalho desenvolvido. Em seguida, questiona como a representante da SNC/MDH e a própria consultora sobre as possíveis estratégias de divulgação e utilização dos produtos no âmbito do poder público e também da sociedade civil, principalmente, considerando os recortes temáticos e de grupos vulneráveis. Destaca também que, além da publicização dos resultados, também seria importante pensar num segundo momento estratégias para utilizar os bancos de dados como instrumentos de monitoramento das recomendações. Por fim, aponta que sentiu falta no banco de dados do recorte de educação e trabalho.</p> <p>Márcia Badaró (CFP) - Parabenizar a consultora pela apresentação e o trabalho desenvolvido. Destaca os resultados de recorrência das questões de acesso à saúde nos bancos de dados apresentados, demonstrando preocupação quais as estratégias possíveis para o enfrentamento desses problemas pelo CNPCT. Pontua que, a discussão sobre o transporte de pessoas presas para atendimento de saúde é gargalo várias vezes apresentado e discutido nos mais diversos âmbitos e instâncias do poder público do Rio de Janeiro, mas até o momento não foi possível identificar uma solução por parte do Poder Executivo Estadual. Ressalta que esse problema também apareceu na Visita Conjunta do CNPCT e MNPCT realizada em Manaus/AM durante as entrevistas com familiares das pessoas presas. Por fim, aponta que a questão do acesso à saúde dos profissionais que atuam no sistema penitenciário também surgiu recentemente em audiência na Câmara dos Deputados para discutir a PEC da Polícia Penitenciária.</p> <p>José de Ribamar (MNPCT) - Sugere que, dentro dos bancos de dados, seja dado um destaque específico as recomendações que tratam de acesso à alimentação, assim como ocorreu com a questão de acesso à água. Na linha de preocupação da representante da CC/PR quanto a máxima publicização dos dois bancos de dados e dos outros resultados da consultoria, sugere a realização de um evento de divulgação e discussão dos produtos apresentados.</p> <p>Ana Carolina (SPM/PR) - Parabenizar a consultora pela apresentação e o trabalho desenvolvido. Em seguida, solicita a apoio da consultora para elaboração de um</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
			<p>filtro ou uma base específica das recomendações relacionadas a política de mulheres ou público feminino da SPM/PR para subsidiar os trabalhos do futuro Grupo de Trabalho ou Comissão Permanente do CNPCT sobre mulheres em restrição de liberdade.</p> <p>Andrey Lemos (DAB/MS) - Parabenizar a consultora pela apresentação e o trabalho desenvolvido. Considera um importante instrumento para potencializar o trabalho do MDH e dos outros órgãos do Poder Executivo Federal que atuam nessa pauta de forma intersetorial. Aponta que, apesar de já acompanhar e ter uma noção dos problemas enfrentados pela temática de saúde prisional, ficou chocado com os relatos da questão de acesso à água. Portanto, sugere que todas as recomendações referentes à área de saúde sejam encaminhadas ao Gabinete do Ministro da Saúde para conhecimento, distribuição às áreas competentes e monitoramento das providências.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Informa que, no momento de concepção da consultoria não havia a dimensão exata dos resultados e da contribuição dos produtos, mas que agora a partir da apresentação dos bancos de dados é possível extrair as perspectivas de atuação a partir de recortes temáticos e também de públicos vulneráveis. Contudo, destaca que também é humanamente impossível que o CNPCT, por meio dos seus 23 membros e, por mais diversa que sejam as expertises de cada um, consiga dar conta de todas as temáticas e públicos vulneráveis. Portanto, acredita ser necessário também um exercício de priorização por parte do colegiado, para que haja eficiência e efetividade na atuação. Ressalta que, os recortes de raça e gênero foram escolhas estratégicas da CGCTVI, que já vem priorizando esses recortes no seu trabalho nos últimos anos no tema prevenção e combate à tortura. Por fim, aponta que a consultoria também se encaixa no escopo de diagnóstico e revisão do 1º Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura (PAIPCT), lançado em 2005, e a possibilidade de realização de um 3ª Encontro Nacional de CEPCTs e MEPCTs com esse foco.</p> <p>Francisco Xavier (MDS) - Sugere que esteja no escopo do CNPCT uma avaliação das recomendações produzidas pelo MNPCT, utilizando o instrumento apresentado pela consultoria.</p> <p>Rafael Custódio (CONNECTAS) - Parabenizar a consultora pela apresentação e o trabalho desenvolvido. Considera que, os produtos apresentados apontam para a necessidade de se discutir a implementação e a efetividade dessas recomendações e o papel do CNPCT como órgão de estado responsável pela indução e controle da implementação dessas recomendações pelos órgãos competentes. Por fim, sugere que esse papel estratégico seja considerado no momento de discussão e elaboração do Planejamento 2018 do CNPCT.</p> <p>Francisca Márcia (RENILA) - Destaca a importância dos dois bancos de dados apresentados serem utilizados pela elaboração de indicadores e diagnósticos importantes dentro do planejamento a ser elaborado pelo CNPCT.</p> <p>Valdirene Daufemback (MNPCT) - Parabenizar a consultora pela apresentação e o trabalho desenvolvido, principalmente, por tornar visível vários aspectos que</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>podem ser desdobrados e também as ausências, ou aquilo que o MNPCT ainda não deu a devida atenção. Por fim, reforça a importância e o interesse dos peritos do MNPCT na provocação da consultoria da necessidade do CNPCT produzir uma avaliação dos 3 (três) anos iniciais de trabalhos do MNPCT.</p> <p>Fernanda Givisiez (MNPCT) - Parabenizar a consultora pela apresentação e o trabalho desenvolvido, concordando com manifestação anterior da necessidade avaliação dos trabalhos do MNPCT nos últimos anos. Acrescenta a importância dessa avaliação para uma discussão e um alinhamento conjunto entre CNPCT e MNPCT sobre a forma de elaborar e monitorar as recomendações de prevenção e combate à tortura.</p> <p>Isabel Lima (JUSTIÇA GLOBAL) - Parabenizar a consultora pela apresentação e o trabalho desenvolvido. Acredita que, as ferramentas e as provocações serão muito importantes para reflexão do CNPCT e MNPCT sobre seus trabalhos. Destaca a importância dos bancos de dados também para fundamentação das posições do CNPCT.</p> <p>Vivian Calderoni (PNUD/MDH) - Agradece todos os elogios e contribuições dos membros do CNPCT e dos peritos do MNPCT. Responde aos questionamentos e se coloca à disposição para iniciativas de divulgação dos produtos da consultoria. Por fim, destaca que a consultoria prevê a elaboração e entrega de outros produtos, que serão oportunamente trazidos ao CNPCT para apresentação e discussão.</p>		
Encaminhamentos	Não houve deliberações ou encaminhamentos.		

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">Discussão da Recente Intervenção Federal do Estado do Rio de Janeiro.		
Documentos & Subsídios			
Discussão	<p>Shana Santos (ISER) - Aponta que foram surpreendidos pelo decreto de intervenção de federal, que sua entidade e as outras da sociedade civil no CNPCT consideram inconstitucional e que também traz preocupações por não trazer ou apresentar um planejamento explicitado de forma pública. Destaca entre as preocupações, o fato a SEAP/RJ ficar submetida ao interventor; o fato da intervenção federal ser conduzida por militares; a incerteza jurídica acerca dos instrumentos e da legislação de controle social das ações decorrentes da intervenção. Nesse sentido, solicita também esclarecimentos dos representantes da SEGOV/PR, MJ e MD sobre os limites e o planejamento da intervenção federal e também sobre a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública com a incorporação do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), anteriormente vinculado ao MJ.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Informa que, tem conhecimento de poucos detalhes e, mesmo assim não muito diferente da maioria, pois suas fontes são a mídia televisiva, jornal e internet. Nesse sentido, destaca que pela sua leitura a intervenção não é militar, sendo que o interventor teria sido escolhido entre os</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>militares apenas pelo currículo e expertise em segurança pública. Além disso, a intervenção não teria se dado por iniciativa do Governo Federal, mas sim, por uma solicitação do Governador do Rio de Janeiro (RJ), em razão do esgotamento dos mecanismos estaduais de solução do problema da segurança pública no estado. Destaca ainda, que leu sobre uma pesquisa de opinião de um jornal de Paraná, que apontava para uma aceitação muito alta (acima de 70%) pela população do RJ. Do ponto de vista de controle, aponta a criação de vários observatórios para acompanhamento das medidas, como por exemplo o ObservaRio no âmbito do MDH.</p> <p>Shana Santos (ISER) - Demonstra preocupação com discurso de que a intervenção estaria legitimada pela população do RJ através de pesquisas de opinião, principalmente, num ano eleitoral e de campanhas políticas. Informa que, o decreto diz que a intervenção tem natureza militar, situação agravada pela falta de informações sobre o planejamento das medidas. Também preocupa a forma como ela vem sendo conduzida, representada pelas ações de fotografar moradores de determinadas áreas do RJ, por acreditar que ela reforça a criminalização e estigmatização dos moradores de favelas, além de estar na contramão das medidas discutidas pelo CNPCT. Por isso, entende que o colegiado deve se manifestar contrariamente à intervenção federal no RJ.</p> <p>Vera Vieira (ASBRAD) - Questiona quais foram especificamente os meios e fontes de comunicação aponta pela Vice Presidente, Cinara Lima, em sua fala anterior.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Responde que as fontes foram: Estadão, Folha de São Paulo, O Globo e o Gazeta do Povo, responsável pela pesquisa de opinião mencionada.</p> <p>Maurício Coqueiro (CFOAB) - Entende que, a intervenção federal é um fato dado e, com aparente respaldo legal. Contudo, considera que nenhum tipo de intervenção federal ou estadual nos municípios dará conta de ser efetiva e apresentar resultados num período de apenas 10 meses, que é a precisão de prazo da intervenção federal no RJ. Nesse sentido, destaca que não há tempo hábil sequer para realização de um planejamento de medidas para restabelecer a ordem pública no RJ. Além disso, lhe preocupa as declarações públicas já emitidas pelo Ministro Raul Jungmann, o interventor federal e outros militares no comando da intervenção federal no RJ, acerca da flexibilização dos direitos e garantias constitucionais, como o fim do sigilo entre cliente e advogado. Por fim, sugere que o CNPCT emita uma nota pública, não questionando a intervenção federal no RJ, mas solicitando a observação e o respeito aos direitos e garantias individuais dos cidadãos no estado.</p> <p>Eduardo Queiroz (DPU) - Concorda com as ponderações do representante do CFOAB, de que mostra-se mais efetivo para o CNPCT discutir e cobrar a observância dos direitos e garantias fundamentais previstas na constituição dos responsáveis diretos pela intervenção federal no RJ, do que ficar questionando uma medida que em sua natureza já é de exceção e restrição de direitos.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>Rafael Custódio (CONECTAS) - Destaca que, apesar do respeito devido, lhe causa espanto a fala da Vice Presidência do CNPCT. Esclarece que, de acordo com o próprio decreto de intervenção federal no RJ, ela baseada no art. 34, III, da Constituição Federal, cuja prerrogativa é do Presidente da República. Aponta que, existe outro dispositivo constitucional que permite a solicitação da intervenção pelos estados, mas não foi esse o mecanismo utilizado na intervenção federal no RJ. Portanto, entende que a decretação da intervenção no RJ foi um ato de ofício do Presidente da República e, não uma solicitação do governante estadual, se assim fosse seria o decreto seria fundamento em outro dispositivo da Constituição Federal. Manifesta repúdio as recentes declarações do Ministro Torquato Jardim, que trata a situação da segurança pública como uma questão guerra e os cidadãos cariocas como combatentes inimigos, a partir de uma teoria criada nos EUA. Por fim, informa que sua entidade e outras da sociedade civil no CNPCT estão preparando uma representação contra o decreto de intervenção federal no RJ a ser entregue à Procuradoria Geral da República (PGR), por considerarem o decreto inconstitucional por diversos motivos.</p> <p>Paulo Maldos (CFP) - Informa que, sua entidade também manifesta preocupação com a situação de intervenção federal no RJ e os seus desdobramentos para as comunidades mais carentes. Destaca que, o CNDH já lançou uma nota pública sobre o caso e na segunda-feira (05/03) estará realizando uma reunião no RJ com a presença de vários dos seus conselheiros, como a Dra. Debora Duprat da PFDC/MPF e o Presidente do CFP, Rogério Giannini, para organização do monitoramento dos direitos humanos durante a vigência da intervenção federal e a presença militar no estado.</p> <p>Akemi Nakamura (SNC/MDH) - Concorda com o representante do CFOAB de que não vale a pena ficar discutindo a constitucionalidade ou não da intervenção federal no RJ, dado que é um fato. Nesse sentido, entende que o CNPCT pode contribuir com o debate acerca dos mecanismos de controle externo ou social das medidas adotadas no âmbito da intervenção federal, manifestando ou não interesse em participar da iniciativa do MDH de criar o ObservaRio com participação dos Secretários Nacionais e representantes da sociedade civil.</p> <p>Expedito Solaney (CUT) - Concorda com a representante da SNC/MDH que lhe antecedeu, considerando que o momento é de redução de danos, diante de uma democracia fraca, exigindo que o CNPCT seja prático em seus encaminhamentos. Contudo, destaca que a intervenção federal no RJ também motivo de preocupação da sua entidade, que manifesta posição favorável a proposta de nota pública do CNPCT sugerida pelos representantes do CFOAB e CONECTAS.</p> <p>Isabel Lima (JUSTIÇA GLOBAL) - Aponta que, sua entidade já vem acompanhando as medidas adotadas pelos órgãos de segurança pública nos últimos e que, possui dados que apontam para inefetividade das medidas de ocupação de territórios e favelas por militares, do ponto de vista da redução da violência ou criminalidade nesses locais ocupados, além do aumento do registro de violações de direitos humanos. Ressalta também a sua preocupação com o discurso de legitimação da intervenção federal a partir das pesquisas opinião</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>pública ou do noticiário da TV e dos grandes. Destaca que, diferentemente do que vem sendo noticiado, os dados oficiais do ISP/RJ vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do RJ, demonstram que não houve uma explosão de violência ou criminalidade no RJ no período do Carnaval de 2018.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH) – Relembra aos membros do CNPCT que, conforme previsão dos arts. 14 à 19 da Resolução CNPCT nº 4, de 09 de maio de 2016 o procedimento para aprovação de Notas Públicas pelo colegiado envolve a elaboração e o envio antecipado de minuta de redação para CACNPCT, com vistas ao compartilhamento com todos os membros do CNPCT e submissão à apreciação da Mesa Diretora do colegiado. Desta forma, para observância do procedimento previsto na resolução, recomenda a Plenária do CNPCT que realize apenas a discussão do assunto durante a 18ªRPO e, aos membros proponentes que encaminhem a minuta da nota pública para o e-mail da CACNPCT (cnpct@mdh.gov.br) para compartilhamento com os demais membros do colegiado e apreciação na próxima Reunião da Mesa Diretora - Gestão 2018, prevista para o dia 26/03/2018.</p> <p>Exedito Solaney (CUT) - Discorda do posicionamento da Secretaria-Executiva do CNPCT e, entende que não há inobservância ou prejuízo ao procedimento previsto na Resolução CNPCT nº 04/2016, por considerar que a gravidade do caso justifica a apreciação e deliberação plenária durante a 18ªRPO.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Destaca que, a preocupação do CNPCT quando aprovou a Resolução CNPCT nº 04/2016 foi de que os membros do colegiado não perdessem tempo elaborando, lendo e revisando a redação de notas públicas durante as Reuniões Plenárias, por consumir bastante tempo e esforço e prejudicar outros pontos de pauta, como ocorreu com a Nota Pública de Pau D'Arco.</p> <p>Exedito Solaney (CUT) - Compreende que, a Secretaria-Executiva do CNPCT está na sua função de dar apoio administrativo e lembrar as deliberações do colegiado, mas mantém sua proposta de que o colegiado aprecie e delibere a redação da nota pública sobre a intervenção federal no RJ durante a 18ªRPO, sem desconsiderar as ponderações com relação a preocupação com o tempo e o compartilhamento antecipado da redação a ser discutida pela Plenária.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Encaminha o ponto, solicitando que os proponentes elaborem a proposta de redação final, trazendo a Plenária apenas para leitura e manifestação favorável ou contrária dos membros do CNPCT.</p> <p>Isabel Lima (JUSTIÇA GLOBAL) - Realiza a leitura (Anexo V) da nota pública redigida pelos representantes da sociedade civil.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Informa que, conforme acerto feito anteriormente entre os membros do Poder Executivo Federal, o posicionamento conjunto desses órgãos é de registro da contrariedade e não assinatura de notas públicas com questões envolvendo outros órgãos do Executivo Federal.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Registra a avaliação da SNC/MDH de que Nota Pública apresentada pela sociedade civil poderia ter reforçado a importância e o</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	papel das institucionalidades de direitos humanos no RJ, como CEPCT/RJ e o MEPCT/RJ.		
Deliberação	1) Aprovação de Nota Pública do CNPCT sobre a Intervenção Federal no Rio de Janeiro a partir da proposta de redação apresentada pelos representantes da sociedade civil. Os representantes do governo presentes manifestaram-se contrários o teor da nota.		

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">Discussão do Balanço dos Trabalhos do CNPCT em 2017 e Apontamentos p/ Elaboração do Relatório Anual de Atividades.		
Documentos & Subsídios	M4_Modelo_Relatorio_Atividades_CNPCT_Bienio_2014-2016		
Discussão	<p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Contextualiza o processo de elaboração do Relatório de Atividades do CNPCT 2014/2016, apontando a importância dos destaques aos momentos discussão e produção de documentos do CNPCT mais importantes daquele período. Nesse sentido, sugere que o mesmo seja feito para o Relatório de Atividades 2017, onde cada um dos membros do CNPCT possa elaborar textos simples destacando elementos mais importantes para serem incluídos no relatório.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Encaminha o ponto de pauta, conforme sugestão a sugestão da representante da SNC/MDH, para apreciação da Plenária que não manifesta divergência a proposição.</p>		
Encaminhamentos	1) Elaboração do Relatório Anual de Atividades de 2017 seguindo o mesmo modelo do último relatório (2014/2016), ficando a Mesa Diretora – Gestão 2018 responsável pela apresentação do texto “introdução” e aprovação da versão final.		

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">Elaboração do Planejamento Estratégico CNPCT - 2018.		
Documentos & Subsídios	M5_Estrutura_PlanodeAcao_CNPCT2018		
Discussão	<p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH) – Contextualiza a proposta de elaboração do planejamento do CNPCT para 2018 e a estrutura do Plano de Ação sugerida pela Secretaria-Executiva do CNPCT.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Destaca três compromissos que a Plenária do CNPCT deve prioritariamente incorporar ao esforço de planejamento para 2018; que são: 1) o 3º Eleição de Entidades da Sociedade Civil para CNPCT e o 5º Processo de Seleção de Peritos para o CNPCT; 2) a proposta da Vice Presidência de formalização e criação de instâncias temáticas de discussão e formulação no âmbito do CNPCT; 3) os desdobramentos possíveis a partir dos bancos de dados das recomendações nacionais e internacionais apresentado pela Consultora Vivian Calderoni (PNUD/MDH) pela manhã.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Paulo Maldos (CFP) - Destaca a importância do CNPCT fomentar ou acompanhar estratégias de criação e fortalecimento de CEPCTs e MEPCTs nos estados, por meio do agendamento de apresentações do panorama nacional pela CGCTVI/SNC/MDH.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Aproveita para apresentar e ler a minuta dos três modelos de ofícios a serem enviados aos estados pelo CNPCT, cobrando informações sobre os compromissos para criação e implementação de CEPCTs e MEPCTs.</p> <p>Márcia Badaró (CFP) - Sugere a inclusão nos ofícios da referência também as unidades de acolhimento a partir da provocação anteriormente feita pelo representante do MDS.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR) - Sugere a adoção dos produtos da Consultoria do PNUD/MDH apresentados pela manhã, como subsídios para priorização de ações do CNPCT para 2018.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Apresenta a proposta de Calendário Anual de Atividades do CNPCT em 2018 (Anexo VII) elaborada pela CACNPCT, para apreciação e aprovação do Plenária.</p> <p>Rafael Custódio (CONNECTAS) - Considera que os membros do CNPCT precisaram de um tempo para refletir sobre as propostas que serão incluídas no Planejamento do CNPCT, por se tratarem de decisões estruturantes da atuação e dos resultados que serão obtidos pelo colegiado. Nesse sentido, aponta que tem dúvidas acerca da efetividade da proposta da Vice Presidência de criação de instâncias temáticas (Grupos de Trabalho ou Comissões Permanentes) para discussão e formulação de propostas de atuação a serem submetidas a Plenária do CNPCT. Destaca que, a divisão temática foi uma opção adotada pelo MNPCT, mas não está convencido de que o CNPCT deve seguir o mesmo caminho, pois isso pode levar a perda de uma visão geral de toda atuação do colegiado. Por fim, entende que durante a 18ªRPO será possível fazer apenas uma discussão básica sobre o formato do planejamento, jogando o aprofundamento das discussões para um outro momento específico e com mais tempo para construção.</p> <p>Márcia Badaró (CFP) - Aponta que, também tem a mesma preocupação do representante da CONNECTAS, pois tem uma preocupação com a fragmentação do colegiado em muitos grupos que acabam não se conversando.</p> <p>Paulo Maldos (CFP) - Recupera a proposta do planejamento estratégico anterior (2017) de que a condução dos trabalhos elaboração do planejamento de 2018 fosse realizada pela especialista da Sylvania Dias, da APT.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR) - Defende que, se o colegiado decidir que precisará de uma reunião extraordinária e o apoio de um especialista externo para organizar e mediar o processo de planejamento e fazer uma discussão de maior fôlego, o CNPCT deverá então elaborar um planejamento com horizonte maior de atuação de pelos menos 2 (dois) anos.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Cesar Baldi (SEGOV/PR) - Informa que, em sua experiência de participação em outros três colegiados, sempre observou que estes espaços estavam organizados por meio de instâncias temáticas, sem prejuízo as discussões plenárias. Destaca que, uma precaução para fomentar articulação e impedir o isolamento das instâncias e a Plenária seria a definição fluxos e regras gerais a serem observadas por todas essas instâncias.</p> <p>Shana Santos (ISER) - Aponta as dificuldades de avançar na proposta de elaboração de um Plano de Ação do CNPCT para 2018, sem uma proposta clara e objetiva de metodologia de mediação e elaboração de propostas.</p> <p>Expedito Solaney (CUT) - Entende que, não é necessário realizar um planejamento no formato apresentado pela CACNPCT, pois a missão e objetivos do colegiado já estão declarados na sua lei de criação junto com o papel do SNPCT. Desta forma, também preocupado com a proposta de criação de instâncias temáticas dentro do CNPCT, considera que o colegiado não precisa elaborar outro planejamento, devendo apenas retomar o planejamento de 2017 e retomar aquilo que não foi possível realizar até momento.</p> <p>Francisca Márcia (RENILA) - Considera que, as ponderações apresentadas pelo representante da CUT demonstram o planejamento de 2017 junto com as propostas da Vice Presidência e os produtos da Consultora Vivian Calderoni (PNUD/MDH) podem ser utilizados como ponto de partida para o Plano de Ação 2018 do CNPCT. Nesse sentido, entende que, todo esse material deve ser disponibilizado pela CACNPCT aos membros do colegiado para subsidiar o processo de avaliação e elaboração de novas propostas.</p> <p>Shana Santos (ISER) - Concorda com estrutura do Plano de Ação, a ideia de um planejamento para um horizonte de 2 (dois) anos e o apoio de um mediador externo, além da incorporação das propostas da nova Vice Presidência e os produtos da Consultora Vivian Calderoni (PNUD/MDH). Mas sugere também que cada membro do CNPCT preencher e enviar propostas antes da reunião específica de planejamento, seguindo o formato do Plano de Ação, para que o mediador possa utilizar como referência em seu trabalho.</p> <p>Isabel Lima (JUSTIÇA GLOBAL) - Considera importante que, a estrutura do Plano de Ação e metodologia de trabalho aprovadas pelo CNPCT também sejam avaliadas pelo mediador externo, como forma de entender e regular as expectativas do colegiado, destacando entre elas, a elaboração de uma avaliação/diagnóstico antes do plano de ação.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Entende que, o colegiado deve considerar fortemente a possibilidade de realizar um planejamento menor e focado na atuação em 2018, que traga resultado mais simples e pontuais, porém, mais efetivos e concretos. Com isso, acredita que o colegiado evitaria o risco de entrar no 2º semestre de 2018 ainda discutindo o seu planejamento, como ocorreu em 2017.</p> <p>Maria José (SNPIR/MDH) - Concorda com a Vice Presidência do CNPCT com a importância da elaboração de um planejamento mais simples e enxuto, tendo vista</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>que a sua experiência de planejamentos estratégicos mais amplos demonstra um nível de dificuldade e comprometimento maior dos membros do CNPCT, que não é possível neste momento. Nesse sentido, sugere a criação de um grupo de trabalho que possa consolidar as avaliações dos membros do CNPCT, elaborar uma proposta de metodologia e sistematizar uma versão inicial do Plano de Ação 2018 a partir dos planejamentos anteriores do colegiado e os subsídios discutidos até o momento.</p> <p>Paulo Maldos (CFP) - Concorda com a proposta da representante da SNPIR/MDH de um planejamento focado em 2018 e um grupo de trabalho para pensar a metodologia com Sylvia Dias da APT, mas que também possa assumir a função de mediador da metodologia de planejamento, caso ela não tenha disponibilidade de agenda para participar do planejamento do CNPCT.</p> <p>Exedito Solaney (CUT) - Defende que, a especialista Sylvia Dias da APT seja contratada pelo MDH para sistematizar todos os documentos e subsídios anteriores, elaboração da metodologia e consolidação do documento final de planejamento do CNPCT, independente de um horizonte mais curto ou de médio e longo prazo.</p>		
Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Aprovação da Proposta de Calendário Anual de Atividades do CNPCT para o ano de 2018.2) Considerando que, não houve consenso entorno de uma única proposta de modelo de planejamento para 2018, a Vice-Presidência encaminhou a questão para deliberação, sendo apresentadas as seguintes propostas para votação:<ol style="list-style-type: none">a. Proposta I – Elaboração de um Planejamento do CNPCT numa perspectiva de no mínimo 2 (dois) anos, durante 2 (dois) dias de reunião com dinâmicas, discussões e o suporte de um especialista para produção da metodologia e o relatório final.b. Proposta II – Elaboração de um Planejamento do CNPCT numa perspectiva mais curta e simplificada, apenas para ano de 2018, com apenas 1 (um) dia ou período (manhã ou tarde) de reunião com dinâmicas, discussões e o suporte de um especialista para produção da metodologia e o relatório final.• Em regime de votação, os presentes se manifestaram da seguinte forma:<ol style="list-style-type: none">a) 04 (quatro) votos a favor da Proposta I – ISER, ASBRAD, JUSTIÇA GLOBAL e IBCCRIM.b) 10 (dez) votos a favor da Proposta II – MEC, SNC/MDH, CC/PR, SEGOV/PR, RENILA, OAB, SNPIR/MDH, ANCED, CUT e CFP.• Tendo vista o resultado da votação, restou declarando o posicionamento final do colegiado por modelo de planejamento, nos termos da Proposta II.3) Formação de um Grupo de Representantes do CNPCT, composto por 2 (dois) representantes do Governo (SNC/MDH e SNPIR/MDH) e 2 (dois) representantes da Sociedade Civil (ANCED e CFP) para sistematização de 1 (um) diagnóstico e 1 (uma) Proposta de Plano de Trabalho para 2018 a ser apresentada na 19ªRPO, a partir do reaproveitamento do plano de 2017 e outros documentos de referência.		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
			4) O grupo receberá contribuições para o diagnóstico e plano 2018 até o dia 11/03/2018 através do e-mail da Secretaria Executiva do CNPCT: cncpct@mdh.gov.br . 5) A especialista Silvia Dias da Associação de Prevenção à Tortura (APT) será convidada para contribuir com os trabalhos do Grupo de Representantes a partir da avaliação da proposta metodológica ou mediação das contribuições durante a 19ªRPO.

2º DIA

Local	Data e Hora da Abertura
Sala de Reuniões Plenárias – Ministério dos Direitos Humanos Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10ª Andar	02 de Março de 2018 – 09h30 (Manhã)

QUORUM

Representação	Presentes	Função	Condição	Categoria	Nº
MEC	Cinara Maria Fonseca de Lima	Vice-Presidente(a)	Titular	GOV	01
CFP	Paulo Roberto Martins Maldos	Membro (a)	Titular	OSC	02
SNC/MDH	Karolina Castro	Membro (a)	Suplente	GOV	03
CUT	Exedito Solaney Pereira Magalhães	Membro (a)	Titular	OSC	04
IBCCRIM	Natália Macedo Sanzovo	Membro (a)	Suplente	OSC	05
ISER	Shana Marques Prado dos Santos	Membro (a)	Titular	OSC	06
ANCED	Acássio Pereira de Souza	Membro (a)	Titular	OSC	07
MDS	Francisco Coullanges Xavier	Membro (a)	Suplente	GOV	08
JUSTIÇA GLOBAL	Isabel Costa Lima	Membro (a)	Titular	OSC	09
SEGOV/PR	Cesar Augusto Baldi	Membro (a)	Titular	GOV	10
CC/PR	Mariana Siqueira de Carvalho	Membro (a)	Suplente	GOV	11
CONNECTAS	Rafael Calrsson Gaudio Custódio	Membro (a)	Titular	OSC	12
SNPIR/MDH	Maria José Batista dos Santos	Membro (a)	Suplente	GOV	13
OAB	José Maurício Vasconcelos Coqueiro	Membro (a)	Titular	OSC	14
RENILA	Francisca Márcia Araújo Lustosa Cabral	Membro (a)	Titular	OSC	15
ASBRAD	Vera Vieira	Membro (a)	Suplente	OSC	16
SMDH	Tiago Martins Ferreira	Membro (a)	Suplente	OSC	17
MS	Andrey Roosevelt Chagas Lemos	Membro (a)	Titular	OSC	18
MRE	Alexandre Peña Ghisleni	Membro (a)	Titular	GOV	19
MD	Sávio Luciano de Andrade Filho	Membro (a)	Titular	GOV	20
CFP	Maria Marcia Badaró Bandeira	Membro (a)	Suplente	OSC	-
MNPCT	Jose de Ribamar Araújo	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Representação	Justificativa de Ausência	Posição do Colegiado	Nº
GTNM/BA	Agravamento do estado de saúde de familiar após a emissão dos bilhetes e há poucos dias da viagem.		
MJ			
SPM/PR			

Momento (Nº)	007	Tipo de Pauta	VISITAS E INSPEÇÕES
Assunto/Tema	As inspeções nacionais realizadas nas Comunidades Terapêuticas numa parceria entre o MNPCT, CFP e PFDC, e suas implicações diante do desmonte da política nacional de saúde mental.		
Documentos & Subsídios	1)		
Discussão	<p>Fernanda Givisiez (MNPCT) - Contextualiza e relata a experiência do MNPCT de Inspeção Nacional as Comunidades Terapeutas realizada em outubro de 2017, em conjunto com a PFDC/MPF e o CFP, cujo relatório final ainda está em elaboração.</p> <p>Lúcio Costa (MNPCT) - Complementa o relato da experiência do MNPCT de Inspeção Nacional as Comunidades Terapeutas realizada em outubro de 2017, em conjunto com a PFDC/MPF e o CFP, abordando a questão do desmonte da política de saúde mental no país.</p> <p>Paulo Maldos (CFP) - Complementa o relato da experiência de Inspeção Nacional as Comunidades Terapeutas realizada em outubro de 2017, em conjunto com o MNPCT e a PFDC/MPF, a partir do resgate histórico do processo de inspeções realizado pelo CFP em 2011.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Elogia o trabalho do MNPCT na realização da Inspeção Nacional as Comunidades Terapêuticas, destacando a importância das articulações e também da preparação a partir da elaboração de metodologias de inspeção específicas para essas unidades. Nesse sentido, questiona se existe uma proposta de disseminação dessa metodologia junto com a divulgação do relatório final dessas inspeções.</p> <p>Francisca Márcia (RENILA) - Parabeniza o MNPCT e o CFP pelo trabalho de Inspeção Nacional as Comunidades Terapêuticas. Destaca mais uma vez a importância da produção de indicadores para formulação de políticas públicas e transformação das realidades. Relembra o marco dos 30 anos de luta antimanicomial no país e os retrocessos das atuais mudanças na política de saúde mental do Ministério da Saúde. Sugere a organização de um seminário para lançamento do relatório final dessas inspeções no Dia Nacional de Luta Antimanicomial (18 de maio), onde também seja possível lembrar o caso Damião Ximenes.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	007	Tipo de Pauta	VISITAS E INSPEÇÕES
	<p>Lúcio Costa (MNPCT) - Sugere ao CNPCT o convite ao Coordenador de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde para expor e discutir a atual política de saúde mental.</p> <p>Isabel Lima (JUSTIÇA GLOBAL) - Parabeniza o MNPCT e o CFP pela iniciativa da Inspeção Nacional as Comunidades Terapêuticas e pelo panorama da política nacional de saúde mental, principalmente, num momento em que o CNPCT se prepara para discutir o seu planejamento para 2018 e priorização de atuação.</p> <p>Andrey Lemos (MS) - Aponta que, o debate sobre as Comunidades Terapêuticas deve ser feito de forma mais ampla e, para além do Ministério da Saúde, considerando a sua natureza intersetorial e o papel de outros agentes, como a SENAD/MJ e os gestores estaduais e municipais. Por fim, concorda com as sugestões de convite a Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde para dialogar com o CNPCT sobre as recomendações do MNPCT.</p> <p>Francisco Xavier (MDS) - Concorda com o representante do MS sobre a necessidade um olhar mais ampliado sobre as Comunidades Terapêuticas, destacando que, atualmente, existem movimentos e iniciativas para reconhecimento das Comunidades Terapêuticas também como parte da política de Assistência Social, a partir de uma analogia com as casas de passagem.</p>		
Encaminhamentos	1) Convidar o Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde para discutir a Política de Saúde Mental com o CNPCT.		

Momento (Nº)	008	Tipo de Pauta	VISITAS E INSPEÇÕES
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação e Discussão do Relatório de Visita do MNPCT ao Tocantins (Set/2017).		
Documentos & Subsídios	<p>Luz Arinda (MNPCT) - Realiza a apresentação do relatório de visita do MNPCT ao Tocantins, em setembro de 2017.</p> <p>Alexandre Ghisleni (MRE) - Aponta que, apesar da importância e relevância das informações trazidas pelo MNPCT no Relatório de Tocantins e nos anteriores, sente falta da vinculação direta ou de um foco preciso na remissão a prática de tortura. Nesse sentido, sugere ao MNPCT também adoção de uma abordagem jurídico-temática das circunstâncias da tortura dentro dos seus relatórios, como forma de destacar as questões legais recorrentes ou estruturais nas práticas de tortura identificadas durante as visitas.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED) - Parabeniza os peritos do MNPCT pelo relatório. Aponta que, a existência por só de uma ala feminina dentro uma unidade masculina significa uma grave violação das normas de organização do SINASE. Destaca também o seu espanto quanto a demonstração de utilização de algemas nos pés dos adolescentes, que em sua percepção remonta aos tempos de escravidão. Acredita que, o CNPCT tem que começar a discutir aplicação extensiva da decisão</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	008	Tipo de Pauta	VISITAS E INSPEÇÕES
	<p>do STF no Habeas Corpus Coletivo 143.641/SP, também as adolescentes grávidas cumprindo medidas socioeducativas.</p> <p>Maria José (SNPIR/MDH) - Informa que, não compreendeu a fala anterior do representante do MRE, pois entende que o fenômeno da tortura é sutil e não sabe como os peritos do MNPCT poderiam explicitar de uma forma melhor a realidade observada em suas visitas. Considera que, o trabalho realizado pela Consultora Vivian Calderoni e apresentado no dia anterior, foi muito importante visualizar os específicos nos relatórios do MNPCT, por mais que ache que a questão racial e de gênero precisa ser melhor abordada.</p> <p>Francisca Márcia (RENILA) - Considera importante a apresentação do Relatório de Tocantins e destaca a sua preocupação com a questão da "medicalização", como forma de "retenção química". Aponta que, em relação ao cumprimento de medidas de segurança para pessoa em sofrimento psíquico, existem normas e recomendações do CNJ a serem observadas para o adequado tratamento que, quase sempre são ignoradas, como a semiliberdade. Como resultado, as pessoas são mantidas em instituições totais sem o apoio de equipes interdisciplinares e assistência social e a saúde adequada. Nesse sentido, convida todos os membros do CNPCT a iniciar um debate sobre o assunto, com intuito de subsidiar a elaboração de uma futura recomendação ou nota técnica do colegiado para romper com essa lógica.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Destaca que, a apresentação e a discussão dos produtos da Consultora Vivian Calderoni no dia anterior, deixou claro que é possível e necessário a sistematização dos relatórios e recomendações por meio de temáticas, a exemplo dos "facts sheets" utilizados na ONU ou COE/EU. Com relação a abordagem e conceituação das práticas de tortura, entende que o assunto está sujeito as diversas perspectivas dos membros do CNPCT e também dos peritos do MNPCT e, como por exemplo as perspectivas jurídicas, de saúde e da assistência social. Desta forma, entende que uma solução para os embates de perspectivas seria a formulação ou reconhecimento de perspectivas oficiais do CNPCT.</p> <p>Eduardo Queiroz (DPU) - Considera que, o trabalho do MNPCT não é só de reconhecimento e constatação de práticas de tortura no contexto do mandato de combate a tortura, mas também de exposição das situações e condições de vulnerabilidades no contexto de prevenção a prática de tortura. Nesse sentido, elogia o trabalho do MNPCT e destaca que, não deve haver restrições de conceituação e abordagem ao trabalho dos peritos.</p> <p>Márcia Badaró (CFP) - Destaca que, ficou intrigada com os apontamentos anteriores do representante do MRE, acerca do que pode ser considerado ou não pratica de tortura dentro dos relatórios do MNPCT. Ressalta que, trata-se de prerrogativa do MNPCT a identificação de práticas de tortura, mas também a identificação de outras práticas cruéis e desumanas.</p> <p>Cesar Baldi (SEGOV/PR) - Aponta que, entende os apontamentos feitos pelo representante do MRE como provocações no sentido de que, o MNPCT e também</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	008	Tipo de Pauta	VISITAS E INSPEÇÕES
	<p>CNPCT devem considerar que a jurisprudência dos tribunais nacionais e internacionais, sem sempre reconhecem a prática de tortura relatada nas denúncias e outros documentos apresentados. Cita como exemplo, a sentença do Caso do Campo Algodoeiro do México em 2009, onde a CIDH não qualificou as crueldades praticadas contra as mulheres camponesas, como prática de tortura, talvez por falta de uma fundamentação compatível com o Sistema de Justiça. Nesse sentido, considera que a provocação do representante do MRE foi sentida de que o MNPCT também deve ter essa preocupação de adotar a linguagem do Sistema de Justiça e disputar sua interpretação com argumentos compatíveis.</p> <p>Luz Arinda (MNPCT) - Faz as considerações finais e agradece a todos pelas considerações feitas ao Relatório de Tocantins e também pelos três anos de mandato no MNPCT, informando o final do seu mandato no próximo dia 11/03/2018.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Agradece a Perita do MNPCT, Luz Arinda, pelas suas contribuições nos três anos do seu mandato, desejando sucesso na sua trajetória profissional.</p>		
Discussão			
Encaminhamentos	Não houve deliberações ou encaminhamentos!		

Momento (Nº)	009	Tipo de Pauta	VISITAS E INSPEÇÕES
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">A informação em detalhes sobre a pauta das missões conjuntas nos Estados de Rio Grande do Norte, Amazonas e Roraima alusiva aos massacres, com o Planejamento do curto e médio prazo das ações.		
Documentos & Subsídios	<p>José de Ribamar (MNPCT) - Inicia a contextualização e o relato das Visitas Conjuntas do CNPCT e MNPCT, Alusivas aos Massacres de 1ª/2017 ocorridos em unidades prisionais do RN, AM e RO, cujas informações comporão o relatório a ser elaborado pelo MNPCT com a participação do CNPCT que participaram as visitas.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED) - Complementa o relato do MNPCT acerca da experiência das Visitas Conjuntas do CNPCT e MNPCT, Alusivas aos Massacres de 1ª/2017 ocorridos em unidades prisionais do RN, AM e RO, a partir da visão específica da visita ao Rio Grande do Norte.</p> <p>Márcia Badaró (CFP) - Complementa o relato do MNPCT acerca da experiência das Visitas Conjuntas do CNPCT e MNPCT, Alusivas aos Massacres de 1ª/2017 ocorridos em unidades prisionais do RN, AM e RO, a partir da visão específica da visita ao Amazonas.</p> <p>Fernanda Givisiez (MNPCT) - Complementa o relato do MNPCT acerca da experiência das Visitas Conjuntas do CNPCT e MNPCT, Alusivas aos Massacres de 1ª/2017 ocorridos em unidades prisionais do RN, AM e RO, a partir da visão específica da visita à Rondônia.</p> <p>Deise Benedito (MNPCT) - Complementa o relato do MNPCT acerca da experiência das Visitas Conjuntas do CNPCT e MNPCT, Alusivas aos Massacres</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	009	Tipo de Pauta	VISITAS E INSPEÇÕES
	<p>de 1ª/2017 ocorridos em unidades prisionais do RN, AM e RO, a partir da visão específica da visita ao Rio Grande do Norte.</p> <p>Valdirene Daufemback (MNPCT) - Complementa o relato do MNPCT acerca da experiência das Visitas Conjuntas do CNPCT e MNPCT, Alusivas aos Massacres de 1ª/2017 ocorridos em unidades prisionais do RN, AM e RO, a partir da visão específica sobre a atuação Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) do DEPEN/MJ no RN e em outros estados do país.</p> <p>José de Ribamar (MNPCT) - Finaliza o relato das Visitas Conjuntas do CNPCT e MNPCT, Alusivas aos Massacres de 1ª/2017 ocorridos em unidades prisionais do RN, AM e RO, reiterando o compromisso do MNPCT de conclusão e entrega do relatório final das visitas no prazo de 30 (trinta) dias.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Elogia o relato do MNPCT e a complementação dos membros do CNPCT, que considera ter apresentando pontos importantes para reflexão do CNPCT como um todo. Nesse sentido, sugere que o CNPCT possa organizar reuniões com a participação dos representantes do CNJ, CNMP, PFDC, 7ªCCR e PGR para ampliar a discussões relação ao Sistema de Justiça, incluindo o controle externo da atividade policial.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR) - Agrade aos relatos dos peritos do MNPCT e dos membros CNPCT que integraram as visitas. Com relação aos encaminhamentos mencionados, sugere a possibilidade de articulação de uma apresentação específica do MNPCT sobre as questões envolvendo estrangeiros em Rondônia para o Comitê da CC/PR que vem acompanhando a situação dos venezuelanos na região norte.</p> <p>Cesar Baldi (SEGOV/PR) - Considera importante um olhar específico sobre a questão das crianças indígenas, tendo vista que no Mato Grosso do Sul existe um alto índice de adoção por pessoas brancas.</p> <p>Paulo Maldos (CFP) - Em relação aos encaminhamentos sobre a situação dos venezuelanos, sugere a interlocução do MNPCT com o CNDH, em virtude da ação de acompanhamento realizada pelos representantes PGR e CONECTAS no conselho.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED) - Ressalta a necessidade de continuidade desse processo de monitoramento das recomendações do MNPCT nesses estados a partir da adoção de outras medidas, como o convite aos gestores estaduais e os atores do sistema de justiça.</p> <p>Valdirene Daufemback (MNPCT) - Informa que, o MNPCT irá acolher todas contribuições na elaboração do relatório final dessas visitas conjuntas com os membros do CNPCT. Aproveita para destacar que, o MNPCT realizou um planejamento diferenciado para essas visitas conjuntas a partir da criação de um instrumento de priorização das recomendações a serem monitoradas e registro dos status das situações encontradas com objetivo de demonstrar indicadores</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	009	Tipo de Pauta	VISITAS E INSPEÇÕES
	temporais do avanço ou retrocesso das medidas adotadas a partir das recomendações.		
Discussão			
Encaminhamentos	Não houve deliberações ou encaminhamentos!		

Momento (Nº)	010	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
Assunto/Tema	• Planejamento semestral do MNPCT e transição da Coordenação Executiva.		
Documentos & Subsídios	<p>Márcia Maia (MNPCT) - Informa que, o MNPCT realizou eleição anual para escolha da Coordenação Geral do MNPCT em 2018, sendo escolhida a Perita Valdirene Daufemback como titular e, o Perito José de Ribamar de Araújo e Silva, como substituto em seus impedimentos ou afastamentos. Aproveita para convidar a os membros do CNPCT a conhecerem o novo espaço ocupado pelo MNPCT no prédio do MDH e também para se despedir a Coordenação Geral e do seu mandato como perita, que se encerra no próximo dia 11/03/2018.</p> <p>Valdirene Daufemback (MNPCT) - Agradece as Peritas Márcia Maia e Luz Arinda, em nome dos peritos e peritas que já encerraram ou estão encerrando seus mandatos, por todo o esforço, dedicação e contribuição para estruturação inicial do MNPCT.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Propõe a Plenária do CNPCT que aprove resolução para designação da perita e do perito eleitos pelo MNPCT para Coordenação Geral do órgão no mandato de 2018, conforme tradição realizada com as Coordenações dos anos anteriores desde a criação do MNPCT.</p> <p>Valdirene Daufemback (MNPCT) - Apresenta o planejamento de visitas e eventos (Anexo VI) do MNPCT para 2018, dimensionado considerando a ausência de 5 (cinco) peritos a partir do dia 11/03/2018 e até a chegada dos novos peritos selecionados pelo CNPCT. Também que, foi levado em consideração as restrições impostas a Administração Pública durante o período eleitoral de 2018. Informa que, o Planejamento Estratégico Bianual do MNPCT previsto no art. 12, do Decreto nº 8.154/2013 será elaborado apenas a partir do mês de abril de 2018 ou após a chegada dos novos peritos escolhidos no atual processo de seleção do CNPCT.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Lembrando que o CNPCT também está se preparando para realizar o seu planejamento estratégico, sugere a articulação dos planejamentos do CNPCT e do MNPCT, por meio do convite aos peritos do MNPCT para participarem das discussões do Planejamento do CNPCT para 2018 e, vice-versa, quando for momento do MNPCT realizar elaborar o seu próximo planejamento bianual. Sugere também ao MNPCT que os seus pleitos de estrutura em relação ao MDH sejam apresentados de forma organizada e fundamentada para acompanhamento e incidência da Vice Presidência e Mesa Diretora do CNPCT.</p> <p>Shana Santos (ISER) - Questiona a Coordenação Geral do MNPCT se não há uma previsão ou discussão de uma visita ou agenda específica do órgão no Rio de Janeiro, principalmente, diante da conjuntura de intervenção federal no estado.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	010	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
	<p>Paulo Maldos (CFP) - Concorda com a proposta da representante da SNC/MDH da importância de articular os planejamentos do CNPCT e MNPCT para somar esforços entorno ações e agendas comuns.</p> <p>Luz Arinda (MNPCT) - Sugere a inclusão no planejamento do CNPCT e MNPCT a previsão de visitas conjuntas de monitoramento, a exemplo do que ocorreu nas unidades do sistema prisional em janeiro de 2018 nos estados do RN, RR e AM, também aos estados que estão enfrentando crises nas unidades do SINASE, marcadas pela morte de vários adolescentes.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED) - Questiona a Coordenação Geral do MNPCT se não há uma previsão ou discussão de uma visita ou agenda específica do órgão ao estado do Ceará, em razão dos episódios recentes de chacinas nas unidades do SINASE. Por fim, concorda e reitera a proposta de realização de visitas conjuntas de monitoramento do CNPCT/MNPCT aos estados com situações graves identificadas pelo MNPCT nas unidades do SINASE, como por exemplo o CE, PB e PE.</p> <p>Ana Camuri (MNPCT) - Informa que, as atividades do MNPCT previstas para o RJ, por enquanto, são apenas as formações sobre o Protocolo de Istambul. Contudo, o MNPCT está em diálogo de avaliação com MEPCT/RJ sobre a possibilidade de uma visita do MNPCT ao estado no contexto da intervenção federal.</p> <p>Valdirene Daufemback (MNPCT) - Agradece as contribuições de todos e informa que o MNPCT está ciente de que existe demanda de vários outros estados para que o órgão realize visitas de inspeção as unidades de restrição de liberdade. Contudo, em razão das limitações de pessoal, operacionais e orçamentárias, o MNPCT tem buscado privilegiar estados que ainda não foram visitados. Também busca ampliar sua atuação para outros locais de previsão de liberdade, além do sistema penitenciário e as unidades do SINASE, como as delegacias e as unidades de acolhimento.</p>		
Discussão			
Deliberações e Encaminhamentos	1) Aprovação de Resolução do CNPCT para tornar pública a escolha do MNPCT da perita Valdirene Daufemback para assumir a Coordenação Executiva do MNPCT e, o perito Jose de Ribamar Araújo para Coordenação-Executiva Adjunta, por um período de 1 (um) ano.		

Momento (Nº)	011	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">Análise e Discussão do Fluxo das Denúncias previsto na Resolução CNPCT nº 04/2016.		
Documentos & Subsídios	M10_Parecer_técnico_análise_das_denúncias_de_tortura (LeonardoBarros)		
Discussão	<p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Como questão de ordem, questiona a Vice Presidência se a pauta do momento M11 será cancelada em razão ausência dos representantes da CONECTAS, titular e suplente.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Esclarece que, consultou pela manhã o representante da CONECTAS que está participando da 18ªRPO sobre a exposição</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	011	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>do ponto de pauta, mas ele informou que não havia se programado para fazer essa exposição e também que irá se ausentar no momento M11 em razão de compromisso profissional na PGR/MPF no mesmo horário. Desta forma, o ponto de pauta será cancelado.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED) - Pondera que, tem a impressão de que o ponto de pauta é um encaminhamento das reuniões anteriores sobre a necessidade da Plenária do CNPCT discutir o fluxo de denúncias direcionadas ao colegiado e a aplicação da Resolução CNPCT nº 04/2016. Desta forma, entende que, os representantes da CONECTAS se comprometeram apenas a fazer uma exposição inicial das preocupações de alguns membros do CNPCT, sobre o acompanhamento dessas denúncias no âmbito da Mesa Diretora do CNPCT a partir de uma proposta desenhada pelos representantes do ISER. Assim, considera que o ponto de pauta deve ser mantido, mesmo com a ausência dos representantes da CONECTAS.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Considera estranho que os representantes da CONECTAS tenham proposto o ponto de pauta e não tenham se organizado para estarem presentes no momento de exposição e discussão. Entende que, está é uma discussão que deve feita previamente entre os membros da Mesa Diretora, que deve preparar e enviar com antecedência documentos de subsídios para apreciação dos membros do CNPCT.</p> <p>Cinara Lima (Vice Presidência MEC) - Entende que, como o representante da CONECTAS, mesmo diante da consulta direta, não manifestou interesse em na exposição do ponto de pauta e nem fez a indicação de outro membro do CNPCT para substituí-lo, não há condições da Plenária fazer a discussão com qualidade. Além disso, destaca que, em razão dos atrasos e do prolongamento das pautas anteriores, o tempo disponível antes do horário previsto para o encerramento da reunião é muito curto para realização de discussões sem a exposição adequada dos argumentos e preocupações da pauta. Desta forma, sugere o cancelamento do ponto de pauta e a avaliação no âmbito da Mesa Diretora sobre a sua inclusão nas próximas RPOs, com o envio prévio de subsídios para discussão na Plenária.</p> <p>Discussão Cancelada: Ponto de pauta cancelado em razão da ausência dos expositores do assunto e a pouca disponibilidade de tempo, decorrente dos atrasos e prolongamento das discussões nas pautas anteriores.</p>		
Encaminhamentos	Não houve deliberações ou encaminhamentos!		

Momento (Nº)	012	Tipo de Pauta	PLENÁRIA DE ENCAMINHAMENTOS
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Deliberações e Encaminhamentos Finais• Leitura e Validação dos Encaminhamentos da Ata da 18ªRPO		
Documentos & Subsídios			
Discussão	Karolina Castro (SNC/MDH) – Apresenta e contextualiza a Minuta de Resolução para formalização do Grupo de Trabalho para elaboração do Regulamento Geral das Seleções do MNPCT elaborada em conjunto com os representantes do ISER.		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.18ªRPO.CNPCT 18ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	012	Tipo de Pauta	PLENÁRIA DE ENCAMINHAMENTOS
	<p>Por fim, destaca o interesse dos representantes do MEC em compor o referido GT e a necessidade da sociedade indicar membros para garantir a paridade de representação entre Poder Público e Sociedade Civil nas instâncias do CNPCT.</p> <p>Shana Santos (ISER) – Complementa apresentação da representante da SNC/MDH, destacando a participação do ISER nas reuniões prévias e a importância de outros membros da sociedade civil no CNPCT também se disporem a compor o mencionado GT.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH) – Realiza leitura final dos encaminhamentos e deliberações da 18ªRPO para validação prévia da Plenária do CNPCT, ficando apenas a redação das discussões para serem apresentadas e aprovadas na 19ªRPO.</p>		
Deliberação	<ol style="list-style-type: none">1) Aprovação da Minuta de Resolução do CNPCT para formalização do Grupo de Trabalho para elaboração do Regulamento Geral das Seleções do MNPCT, composto por SNC/MDH e MEC pelo Governo e ISER e ANCED pela sociedade civil.2) Aprovação prévia das deliberações e encaminhamentos da 18ªRPO.		

Local e Data

Brasília, 02/03/2018 – 18h00

Vice-Presidência CNPCT

Cinara de Lima

Secretaria-Executiva CNPCT

Elias Emanuel Alves de Sousa